

# ABERTURA COMERCIAL E DESCONCENTRAÇÃO DAS METRÓPOLES E CAPITAIS BRASILEIRAS\*

*TRADE OPENING AND DECENTRALIZATION  
OF BRAZILIAN METROPOLISES  
AND CAPITAL CITIES*

Vladimir Fernandes Maciel

*Economista pela FEA-USP e Mestre em Economia de Empresas pela FGV-SP.  
Professor do departamento de economia da Faculdade de Ciências Econômicas,  
Contábeis e Administrativas da Universidade Presbiteriana Mackenzie.*

*Rua Jaguaribe, 768 - Apt. 32*

*São Paulo - SP*

*CEP 01224-000*

*E-mail: vfmaciел@mackenzie.com.br*

---

\* O autor agradece as sugestões e os comentários da Profa. Dra. Lídia Goldenstein, da Profa. Ms. Mônica Yukie Kuwahara, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, do Prof. Dr. Fernando Garcia e do Prof. Dr. Ciro Biderman, ambos da FGV-SP, e do Prof. Dr. Jan Peter Wogart, da Universidade de Ciências Aplicadas de Bremen, Alemanha. Eventuais erros são de total responsabilidade do autor.



## Resumo

O objetivo deste artigo é analisar, por meio do desempenho do mercado de trabalho (via crescimento do nível de emprego), o processo de reorientação espacial da atividade econômica dos grandes centros para o interior do Brasil. Será mostrado que, dentre outros efeitos, o maior grau de abertura da economia contribuiu para a nova localização da atividade econômica. É o processo de expulsão das capitais e das regiões metropolitanas e a atração pelas regiões não metropolitanas e do interior. Com isso, as antigas aglomerações das grandes cidades brasileiras são rompidas, e novos pólos de crescimento e adensamento econômico são criados no interior do País. Dessa forma, a decisão de localização estratégica das empresas muda sensivelmente, e novas oportunidades relacionadas ao comércio exterior podem ser exploradas.

**Palavras-chave:** Economia regional & urbana; Localização estratégica; Abertura comercial; Mercado de trabalho; Economia brasileira.

## Abstract

The purpose of this paper is to analyze the process of spacial location of economic activity to the non-metropolitan areas from Brazil through the role of labor market (employment growth level). It will be shown that the trade openness of the economy contributed to the new location of economic activity. It is know as expulsion process from the metropolitan areas and attraction to the non-metropolitan areas. Thus, the old clusters of the greatest Brazilian cities are broken, and new growth poles and economic clusters are created inside the country. In that way, the strategic location decision of firms changes and new opportunities related to the external trade can be explored.

**Keywords:** Regional & urban economics; Strategic location; Trade openness; Labor market; Brazilian economy.

# 1

## INTRODUÇÃO

A desigualdade no Brasil é um assunto recorrentemente abordado. O interesse e a preocupação com o tema advêm, em grande parte, do fato de, apesar de o crescimento verificado ao longo da segunda metade do século passado, persistirem elevados níveis de pobreza e de exclusão socioeconômica na realidade brasileira.

Durante um longo período da história econômica recente, temas de caráter estrutural mostraram-se relegados a segundo plano diante da urgência em solucionar o problema da hiperinflação. Alcançado o tão almejado controle monetário, vêm à tona antigas questões. Embora hoje ainda seja discutido o papel da abertura comercial no processo de estabilização, há indícios de que um dos efeitos mais importantes seja a reconfiguração regional da atividade no Brasil.

O objetivo deste artigo, portanto, é discutir o fenômeno da desconcentração das grandes metrópoles e capitais brasileiras como efeito do processo de abertura comercial que passou o País.

Adotando como foco o mercado de trabalho, serão analisados o emprego metropolitano vis-à-vis o emprego não metropolitano e o emprego nas capitais versus o emprego nas cidades grandes e médias. Uma vez que o mercado de trabalho espelha as alterações dos demais setores da economia, a diferença entre o crescimento do emprego nas diferentes regiões indica desempenho econômico diferenciado.

Relacionar o fenômeno da desconcentração e da abertura comercial é muito relevante. Em primeiro lugar porque, teoricamente, a desconcentração agiria de forma que permitisse ao interior do País maior geração de riqueza e, portanto, elevação do bem-estar regional. Por outro lado, as grandes capitais têm de se ajustar às mudanças nas suas atividades produtivas, o que traz dinamismo inferior do seu mercado de trabalho nesse ínterim. Dessa forma, a geração de emprego tende a crescer menos e, logo, a acentuar ainda mais os problemas sociais dos grandes centros, exigindo ampliação das políticas sociais locais.

Este artigo está dividido em quatro partes. A primeira discorre brevemente sobre as desigualdades regionais do Brasil e o fenômeno da concentração.

A segunda apresenta o modelo teórico que indica as relações entre o comércio internacional e a (des)concentração regional. A terceira parte apresenta as evidências empíricas da desconcentração das metrôpoles brasileiras. A quarta parte, por fim, tece as considerações finais.

## 2

# NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO, ABERTURA COMERCIAL E LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL

No século XX, pode-se dividir a tendência à desigualdade entre as regiões do Brasil em três fases (Cano, 1998). A primeira refere-se à fase de acentuação das desigualdades regionais, que coincide (não por acaso) com o período de implantação de indústrias substitutivas de importações, principalmente de bens de consumo duráveis. Esse período compreende a década de 30 e estende-se até o início dos anos 70. Foi nessa época que São Paulo, que já era o Estado mais populoso, contando com grande mercado consumidor e uma infra-estrutura industrial e comercial mínima, começou a se diferenciar dos demais Estados<sup>1</sup>. Uma vez que exista um centro onde se encontra o mercado consumidor e onde haja algumas empresas instaladas, os efeitos aglomerativos começam a atuar de forma mais forte, atraindo a mão-de-obra e as empresas. A instalação do parque automobilístico na Grande São Paulo (região do ABC paulista) foi um exemplo claro disso.

Sendo assim, à medida que o País caminhou em direção à industrialização, uma região, normalmente seu centro urbano e seu maior mercado consumidor, foi sendo, relativamente, mais beneficiada do que as demais. A cau-

---

1. De forma resumida, um marco inicial para isso seria a partir de fins do século XIX, quando a atividade cafeeira passa a se expandir de maneira crescente, em resposta ao aumento do consumo no mercado mundial (fruto da urbanização e do processo de industrialização das economias centrais). A expansão do café pelo País, margeando o Vale do Paraíba, adentrando em São Paulo, seguindo rumo a Campinas e a Ribeirão Preto, traz consigo a conversão do trabalho escravo em trabalho assalariado, a criação de novas atividades de apoio e complementação, a geração de renda e de potencial de consumo, que seriam as pré-condições básicas para a expansão industrial no futuro. São Paulo torna-se o Estado de maior produção de café e por isso o Estado mais rico, com maior desenvolvimento urbano, comercial e industrial por consequência. Pode-se afirmar que a desigualdade regional atual tem seu início em boa parte explicado por isso, pois prioritariamente os investimentos estariam em São Paulo e adjacências.

salidade circular cumulativa<sup>2</sup> operava de modo que permitisse que em São Paulo se concentrasse a maior parte dos investimentos produtivos e das mudanças na estrutura econômica: era a “implantação do setor moderno” no País. Esse viés industrializante, metropolitano e paulistano marcou o período. Foi também nessa época que as diferenças entre norte/nordeste e centro-sul, que desde a decadência do ciclo da cana-de-açúcar e desde a expansão do ciclo do ouro no século XVIII haviam se tornadas marcantes (Furtado, 2000: terceira parte), acentuaram-se ainda mais: consolidou-se o contraste entre o “norte atrasado” e o “sul desenvolvido”, entre aqueles com baixa e aqueles com alta produtividade. Foi, justamente, essa diferença flagrante que fez com que fossem criados órgãos de desenvolvimento regional (como Sude-ne ou Sudam)<sup>3</sup>, na tentativa de amenizar tais contrastes, trocando a antiga política de assistencialismo regional por uma tentativa de geração de dinamismo local.

Além disso, do ponto da movimentação do trabalho, houve grandes contingentes de trabalhadores migrando em direção ao centro-sul, especialmente para São Paulo, em busca de maiores salários.

A segunda fase iniciou em meados dos anos 70 e perdurou até fim dos anos 80. Neste período, houve uma “reversão da polarização”, ou seja, uma desconcentração da atividade produtiva. A principal causa disso foi a implantação dos projetos oriundos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), cujo foco era principalmente o setor de bens intermediários, em que a produção é geralmente enraizada locacionalmente, ou seja, que se localiza perto da fonte de matéria-prima, e não próxima ao mercado. Da implantação até sua maturação (meado dos anos 80), houve desconcentração do dinamismo econômico, antes centrado principalmente em São Paulo. Mas, uma vez que esses projetos foram concluídos, não havia mais outra grande força capaz de atuar na redução dos desequilíbrios regionais. As baixas taxas de crescimento e a crise ao final dos anos 80, com impacto mais acentuado em São

---

2. A noção intuitiva (e imprecisa, conforme Myrdal, 1972) de causalidade circular é a idéia de círculo (vicioso ou virtuoso, dependendo do sentido da variação da renda). A raiz é a existência de um processo cumulativo e de *path-dependence* (dependência de trajetória) operando por meio das forças que regem o crescimento e o desenvolvimento regional. A causalidade circular existiria devido ao fato de o processo cumulativo ocorrer de forma não controlada. Uma transformação, ou impulso inicial, numa região conduziria o sistema, com uma maior intensidade, na direção de tal impulso inicial. Dessa maneira, os efeitos secundários não contrabalanceariam o impulso inicial, ao contrário, reforçá-lo-iam (Myrdal, 1972).

3. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, respectivamente.

Paulo, que era o Estado mais industrializado, atuaram novamente no sentido da redução dos desequilíbrios. Ou seja, a distância relativa entre as regiões diminuiu não pelo crescimento maior das mais atrasadas, mas pelo menor crescimento da mais avançada<sup>4</sup>.

O que se desprende desse processo é a constatação da integração do mercado nacional, tendo como centro a região de São Paulo e adjacências, estabelecendo-se uma hierarquia do dinamismo econômico. A periferia constituiu-se, justamente, em função do centro, especializando-se no fornecimento de matérias-primas e de mão-de-obra, consumindo os produtos manufaturados por ele produzidos.

A terceira fase ocorreu nos anos 90 (até 1995), justamente quando o Brasil realizou sua abertura econômica. Em tal período, as desigualdades regionais ou, em outras palavras, a polarização, segundo Cano (1998), aparentemente voltou a crescer. Um efeito contrário, a princípio, do que seria esperado pela teoria econômica padrão. No entanto, ao analisar-se o mercado de trabalho regional, as evidências apresentadas neste artigo indicam, que, sob determinados aspectos, ocorreu desconcentração, principalmente no que se refere às metrôpoles e às capitais.

O processo de desenvolvimento por meio da industrialização substitutiva é marcado também por um intenso movimento de urbanização (veja Tabela 1).

**Tabela 1**

**Taxa de urbanização e densidade demográfica - 1970/1991**

Brasil e Grandes Regiões	Taxa de urbanização (%)			Densidade demográfica (hab./Km <sup>2</sup> )		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Brasil	55,94	67,59	75,59	10,94	14,08	17,18
Norte	45,13	51,65	59,04	1,01	1,66	2,59
Nordeste	41,82	50,46	60,65	18,27	22,61	27,22
Sudeste	72,70	82,81	88,02	43,37	56,31	67,66
Sul	44,29	62,41	74,12	29,35	33,86	38,34
Centro-Oeste	48,08	67,79	81,28	2,70	4,01	5,85

fonte: IBGE, Censos demográficos

4. Cano (1998), que inclusive ressalta, na p. 23, a necessidade do “desenvolvimento regional como eliminação das disparidades sociais mais acirradas”.

No País, consolidaram-se nove regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belém e Fortaleza)<sup>5</sup>, que concentram, em cada uma, 1,1 milhão de habitantes ou mais<sup>6</sup>.

A população brasileira e as regiões metropolitanas cresceram de forma intensa e rápida nos últimos 50 anos. A tentativa de acelerar as etapas e até de eliminar algumas, a fim de compensar o atraso nos padrões de desenvolvimento econômico, fizeram com que tais regiões metropolitanas apresentassem taxas de crescimento muito elevadas em um curto período de tempo. Por causa disso, a capacidade de planejamento urbano e de controle sobre o processo foi mínima. O resultado foi um crescimento desordenado de tais áreas metropolitanas, de sorte que a oferta de serviços públicos foi insuficiente para atender à demanda, principalmente a oferta de infra-estrutura em geral (habitação, transportes, saneamento e energia), gerando problemas como periferização e precarização das condições de habitação, rede de transportes públicos insuficientes, excesso de congestionamentos (elevando os custos de transporte), insuficiência de redes de saneamento público (causando poluição do solo e de mananciais), além do problema da poluição causada pelas empresas industriais. Ao longo do tempo, os custos de instalação das empresas e dos indivíduos em tais regiões foram se elevando, principalmente aqueles que se referem à qualidade e ao custo de vida.

Tais externalidades negativas da aglomeração urbana que marcam as metrópoles brasileiras ainda hoje são forças centrífugas, que, juntamente com a presença mais forte dos sindicatos nessas regiões, tendem a expulsar as empresas, as quais acabam por procurar alternativas como, por exemplo, mudar para o interior. A conjunção desses fatores equivaleria aos chamados “custos de congestionamento”, proporcionais ao tamanho da região.

No caso brasileiro, a região da Grande São Paulo possui essas características de forma latente. Todavia, esses fenômenos não são exclusividade do caso brasileiro. Em geral, as grandes concentrações metropolitanas encontram-se nos países em desenvolvimento<sup>7</sup>. Conforme afirmam Krugman e Livas (1996), as grandes cidades do terceiro mundo são “Romas sem impérios”,

---

5. Apesar de a Grande Manaus, o Distrito Federal e a Grande Vitória também possuírem 1,1 milhão ou mais de habitantes, não são consideradas sedes de regiões metropolitanas.

6. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

7. De acordo com Ades e Glaser (1995), 60 das 100 maiores aglomerações urbanas encontravam-se localizadas nos países em desenvolvimento no ano de 1985. No mesmo ano, dos 11 centros metropolitanos com 10 milhões ou mais de habitantes, 7 estavam nas regiões menos desenvolvidas do mundo.



concentrações urbanas não saudáveis. Dentre os diversos motivos elencados por Ades e Glaeser (1995)<sup>8</sup>, a existência desses grandes centros urbanos esteve associada aos custos de transporte elevados e às políticas comerciais protecionistas praticadas pelos países – mercados fechados promoveram aglomerações metropolitanas.

Com a relação entre a política comercial protecionista e a tendência em se desenvolverem grandes metrôpoles, a diminuição das tarifas e o aumento das transações comerciais de um país com o exterior poderiam atuar no caminho de um maior equilíbrio regional do país. É um ponto controverso, uma vez que as críticas relacionadas à abertura comercial atacam-na justamente pela destruição dos postos de trabalhos e da eliminação de empresas.

### 3

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS: OS EFEITOS DA ABERTURA COMERCIAL SOBRE A LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Os economistas, em geral, prestaram pouca atenção aos efeitos da política comercial na geografia interna do país, conforme afirmam Krugman e Livas (1996). A importância do elo entre comércio externo e geografia interna foi reforçada por estudos empíricos, como o desenvolvido por Ades e Glaeser (1997), que apontam para a relevância do grau de exposição do país ao comércio exterior na conformação geográfica de sua economia. Os encadeamentos são muito mais fracos quando a economia está aberta ao comércio internacional, de sorte que Krugman e Livas (1996) concluem que as grandes metrôpoles do terceiro mundo, em boa parte, são frutos da política de substituição de importações e tenderiam a diminuir de tamanho conforme os países liberassem suas transações comerciais externas.

Com base nos modelos econômicos da “Nova Geografia Econômica”, sintetizados em Fujita, Krugman e Venables (2000), pode-se concluir que a liberalização comercial criaria forte incentivo para haver desconcentração na economia doméstica. Num país voltado para seu mercado interno, haveria a ten-

---

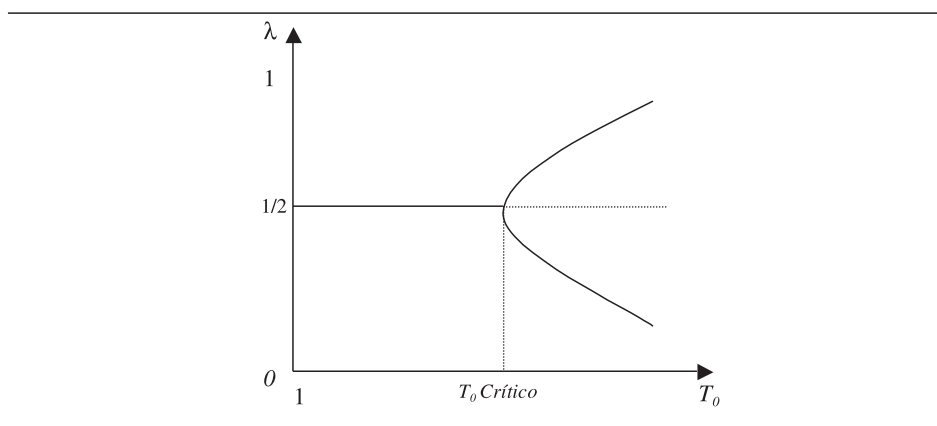
8. Como os fatores políticos de democracia ou ditadura e a estabilidade ou não de poder.

dência da industrialização levar ao estabelecimento de uma estrutura centro-periferia no interior do seu espaço geográfico. As principais regiões metropolitanas e as capitais do país, geralmente, aglomeram em torno de si uma considerável parte das empresas industriais. Isso é natural numa economia “voltada para dentro”, já que nessas localidades as empresas teriam o melhor acesso aos insumos produzidos internamente, assim como ao mercado consumidor (encadeamentos para trás e para a frente). Por outro lado, a abertura da economia ao comércio internacional faz com que os efeitos de encadeamento tornem-se menos importantes. Uma empresa que exporta a maior parcela de sua produção e que utiliza uma parcela significativa de insumos importados possuiria poucos incentivos para se localizar no centro econômico do país, pois as deseconomias de aglomeração, os custos de congestionamento, são para ela mais fortes que as vantagens dos efeitos de encadeamentos de uma localização no centro.

Dividindo-se o espaço geográfico do país em duas regiões, de acordo com Fujita, Krugman e Venables (2000), quanto menor for o custo composto de transportes e de barreiras artificiais ao comércio exterior,  $T_0$ , menor será a concentração da atividade econômica em uma das regiões do país e, portanto, menor a concentração de mão-de-obra  $\lambda$ , conforme atesta a Figura 1.

**Figura 1**

Equilíbrio e desequilíbrio regional em função dos custos de importação



fonte: Fujita, Krugman e Venables (2000)

Em um esquema teórico centro-periferia<sup>9</sup>, portanto, como o de Fujita, Krugman e Venables (2000), uma vez que ocorram vantagens econômicas na aglomeração espacial, a ocupação geográfica do país se dará por meio da especialização de uma região na produção de manufaturados (centro) e a outra, na produção de primários ou agrícolas (periferia). Colocando-se o problema de outra forma, o centro possui uma concentração de empresas e de população maior do que a existente na periferia, pois nele os salários reais seriam maiores, uma vez que os bens domésticos são mais baratos onde as empresas são concentradas. O caso típico analisado pela literatura recente, como Ades e Glaeser (1995) e Krugman e Livas (1996), é a Cidade do México (uma das maiores e mais problemáticas concentrações urbanas do mundo).

Havendo a existência de um terceiro ente, o setor externo, surge a possibilidade de a periferia produzir não apenas para o centro do país, mas também para o exterior. Dessa forma, haveria aumento do dinamismo na periferia, de sorte que as forças centrípetas passariam a atuar de modo mais forte, atraindo novas empresas e população, contribuindo para redução das disparidades regionais.

Apresentadas as possíveis forças aglomerativas e desaglomerativas atuantes no caso brasileiro e mantidas em perspectiva as relações expressas nos modelos de Fujita, Krugman e Venables (2000), seria possível caracterizar os efeitos da abertura sobre o emprego nas diferentes regiões. As relações do emprego entre metrópole e interior e entre capitais e cidades médias e grandes dão-se em duas fases:

- a) expansão da industrialização e da urbanização durante o período de substituição de importações, que aglomera empresas e indivíduos nas grandes metrôpoles e nas capitais, promovendo a migração do interior para tais cidades; e
- b) aumento dos “custos de congestionamento” (aumentando o custo de vida e de produção nos grandes centros) que se tornam suficientemente altos para

---

9. No que se refere à expressão *centro-periferia*, deve-se se atentar que ela está sendo usada aqui num contexto diferente da abordagem cepalina. Conforme atesta Cano (1998), a abordagem original da Cepal sobre centro e periferia só fazia sentido para Estados-nações, em que políticas tarifárias e cambiais, aliadas a fronteiras bem definidas e à não-mobilidade dos fatores, são fundamentais para a estrutura teórico-argumentativa, ou seja, referem-se à relação entre países. Num esquema intranacional, como o adotado neste artigo, o centro-periferia está mais próximo à idéia de pólos de desenvolvimento, ou seja, determinada região do País apresenta-se mais dinâmica gerando mais renda e concentrando parcela maior da população e da atividade econômica do que outras.

expulsar parte das empresas e dos trabalhadores em direção ao interior, conjugados com maior abertura comercial do País.

A primeira relação parece ter predominado dos anos 50 aos anos 80. Já a segunda relação, mostrou-se, aparentemente, recorrente nos anos 90.

Por exemplo, é sob esse prisma que o Município de São Paulo pode ser visto, ou seja, durante os anos 90 sofreu intenso processo de reestruturação produtiva decorrente da abertura comercial e dos “custos de congestionamento”. Com base nas informações do RAIS<sup>10</sup>, Moretto e Pochmann (2002) constataram que o emprego industrial no município em 1991 era de 29,4% do total, passando a ser 20,8% em 2000. No mesmo período, a participação do emprego no comércio e nos serviços passa de 11,3% e 29,7% para 15,2% e 38,0%, respectivamente. Os mesmos autores, usando a mesma fonte de informações primárias, fornecem elementos adicionais e complementares: no período de 1991-2000, houve redução de 3.400 empresas industriais no município, concentrando-se principalmente entre as micros e média empresas.

## 4

### ANÁLISE EMPÍRICA DA DESCONCENTRAÇÃO

Tomando por base o raciocínio lógico da seção anterior e assumindo que o custo composto de transportes e de barreiras artificiais ao comércio exterior  $T_0$  pode ser interpretado simplesmente como barreira tarifária ao comércio exterior (Krugman e Livas, 1996), é possível imaginar que o processo de redução de tarifas de importação causou maior grau de abertura econômica e, portanto, maior expansão do emprego fora das capitais e das regiões metropolitanas. Tal maior expansão do emprego nessas regiões seria decorrente da reestruturação produtiva, isto é, novos negócios e empresas no interior e redução das empresas industriais nos grandes centros.

Nesta seção, portanto, será feita uma análise empírica da desconcentração, buscando verificar se a intuição acima descrita pode ser comprovada. Nesse processo, será buscado analisar também quais efeitos fixos de tempo e de região geográfica são relevantes, de modo que indiquem, para estudos futuros, a descrição dos respectivos fatores explicativos.

---

10. Relatório Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho. Essas informações possibilitam a análise do mercado de trabalho formal.

Com base nos dados da PNAD-IBGE e do RAIS-mtb parte-se, basicamente, das perguntas: “O indivíduo está empregado na região metropolitana?” e “O indivíduo está empregado numa cidade média ou grande que não seja a capital?”, cujas respostas são “sim” ou “não”. Essa, portanto, é a base da utilização de modelos econométricos de especificação logit detalhados a seguir.

#### ■ 4.1 Desconcentração metropolitana

Utilizando como fonte de informações os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE durante o período compreendido entre 1978 e 1998, pode-se acompanhar a evolução do emprego nas regiões metropolitanas e não metropolitanas do Brasil.

O emprego não metropolitano em níveis absolutos é maior do que o emprego metropolitano, uma vez que o último refere-se somente àquelas nove cidades anteriormente apresentadas. Tal situação permanece inalterada, conforme indica a Tabela 2.

**Tabela 2**

**Emprego metropolitano e não metropolitano (valores absolutos)**

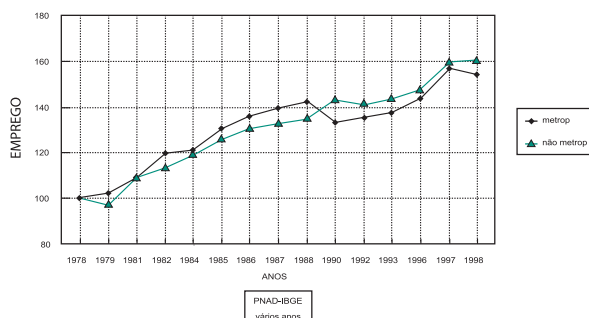
Emprego	1978	1998
Metropolitano	10.194.297	15.601.148
Não metropolitano	20.162.789	41.321.291

fonte: Maciel (2000) com informações tabuladas da PNAD/IBGE

A constatação da predominância do emprego não metropolitano, no entanto, não reflete por completo a evolução do emprego. O primeiro ponto a ser notado é o crescimento maior do emprego não metropolitano no período: 164,86% contra 97,78% no emprego metropolitano. Já o segundo ponto, a evolução do emprego ao longo do período em questão, traz informações mais ricas e importantes. Acumulando-se as taxas de crescimento para anos selecionados, pode-se observar, na Figura 2, que o desempenho do emprego não metropolitano tornou-se maior apenas nos anos 90, revertendo tendência dominante em prol do emprego metropolitano nos anos 80. No período 1978-1988, o emprego metropolitano cresceu 42,04% e o não metropolitano, 35,15%. Já no intervalo 1988-1998, o emprego metropolitano cresceu 8,40% e o não metropolitano, 18,55%.

Figura 2

Emprego metropolitano e não metropolitano números índices (1978=100)



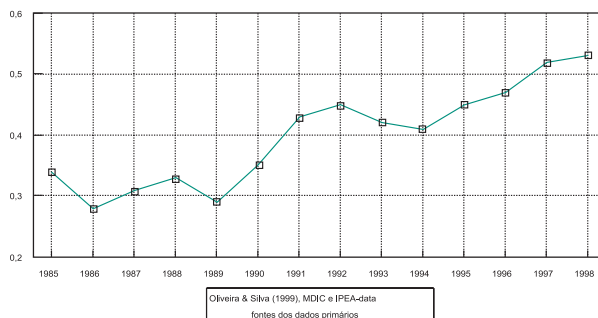
fonte: Maciel (2000)

O avanço do emprego não metropolitano indica uma possível desconcentração ocorrendo nas grandes metrópoles, de sorte que o mercado de trabalho das outras regiões do País apresenta-se relativamente mais dinâmico.

Logo, cabe verificar se a expansão do grau de abertura da economia brasileira está realmente relacionada a isso. A primeira constatação é que o grau de abertura<sup>11</sup> da economia expandiu-se consideravelmente a partir de 1990 (Figura 3), ano crucial para as mudanças em relação ao emprego.

Figura 3

Grau de abertura da economia



fonte: Maciel (2000)

11. Soma dos valores em reais (R\$) das exportações e das importações dividida pelo Produto Interno Bruto a preços de mercado da indústria geral e da agricultura.

Na tentativa de captar a influência do grau de abertura sobre o emprego regional, pode-se elaborar um modelo econométrico e verificar-se a significância e o sentido do impacto de tal abertura comercial sobre o emprego nos setores comercializáveis (agricultura e indústria, os setores mais sensíveis à política de abertura comercial). Com base nos dados obtidos da PNAD em anos selecionados<sup>12</sup> e tomando-se uma amostra dos nove Estados brasileiros que possuem regiões metropolitanas, é possível estimar um modelo logístico.

Em linhas gerais, um modelo logístico pode ser caracterizado pela expressão abaixo:

$$\text{Ln} \left( \frac{y_t}{1 - y_t} \right) = \alpha + \beta X_t + \mu \quad (1)$$

em que  $y_t$  é a probabilidade de ocorrência da variável dependente,  $\alpha$  é o intercepto e  $\mu$ , o erro aleatório.

No modelo logístico, a variável dependente assume valores 0 ou 1, porém a agregação das variáveis resultará numa variável agregada que assuma valor entre 0 e 1, isso em uma probabilidade. Caso, na amostra, não haja nenhuma observação da variável agregada com valores iguais a 0 ou a 1, o método de estimação não necessita ser pela máxima verossimilhança, podendo ser por mínimos quadrados ordinários (Ramanathan, 1998). Nesse caso, o método dos mínimos quadrados é eficiente para a estimação de modelos logísticos.

O modelo logístico pertence à classe de modelos que tratam de variáveis qualitativas. O sentido intuitivo desse modelo, nesse caso, é indicar se a abertura comercial favoreceu o emprego não metropolitano e, portanto, a desconcentração. Do ponto de vista formal, quer-se verificar se o grau de abertura econômica daqueles nove Estados é um dos fatores determinantes da participação do emprego não metropolitano em relação ao emprego metropolitano. Pode-se interpretar o numerador da variável independente da regressão como a probabilidade de um indivíduo empregado nos setores comercializáveis

12. Período 1985-1998, excluindo o ano de censo (1991), de ausência de PNAD (1994) e dois anos (1996-1989) em que as amostras de alguns Estados com regiões metropolitanas não tiveram observações das áreas não metropolitanas, o que inviabilizou sua inclusão na amostra. Alternativamente, poderia se optar por excluir esses Estados da amostra em vez de excluir os anos, porém escolhemos a primeira alternativa.

veis ser de uma região não metropolitana. O denominador, por sua vez, é a probabilidade de um indivíduo empregado nos setores comercializáveis ser de uma região metropolitana. A Tabela 3 apresenta os resultados.

**Tabela 3**

Regressões logísticas: proporção do emprego não metropolitano em relação ao emprego metropolitano (setor de bens comercializáveis)

variável dependente: $\ln\left(\frac{y_t}{1-y_t}\right)$	1	2	3	4
Intercepto	-0,233 (0,344)	0,426 (4,506)	-0,285 (-0,843)	0,316 (3,603)
Ln do grau de Abertura	0,02082 (0,283)	0,313 (4,486)	0,01079 (0,033)	0,398 (4,806)
Dummy pós-abertura	0,06158 (0,187)	-0,161 (-4,240)		
Dummy da Grande Região Norte	-0,224 (0,170)		-0,226 (-1,253)	
Dummy Rio de Janeiro		1,226 (19,390)		1,209 (18,612)
Dummy Minas Gerais		-1,252 (-19,653)		-1,271 (-19,385)
Dummy Rio Grande do Sul		-0,688 (-11,031)		-0,700 (-10,970)
Dummy Paraná		-1,022 (-16,560)		-1,019 (-16,223)
Dummy Bahia		-1,193 (-19,114)		-1,204 (-18,877)
Dummy Pernambuco		-0,150 (-2,158)		-0,111 (-1,502)
Dummy Ceará		-0,337 (-5,294)		-0,318 (-4,844)
Dummy Pará		-0,341 (-5,506)		-0,349 (-5,518)
Dummy 1985			0,0213 (0,55)	0,182 (2,442)
Dummy 1986			0,0399 (0,83)	0,257 (3,151)



Tabela 3 (continuação)

variável dependente: $\ln\left(\frac{y_t}{1-y_t}\right)$	1	2	3	4
Dummy 1987			0,05361 (0,136)	0,221 (2,940)
Dummy 1988			0,05544 (0,145)	0,181 (2,529)
Dummy 1990			-0,0284 (-0,074)	0,107 (1,481)
Dummy 1992			-0,04119 (-0,112)	-0,01519 (-0,229)
Dummy 1993			-0,03942 (-0,107)	-0,01433 (-0,216)
Dummy 1996			0,0008599 (0,002)	-0,03050 (0,459)
Dummy 1997			0,005866 (0,016)	0,01023 (0,154)
R <sup>2</sup> ajustado	-0,008737	0,965136	-0,111547	0,963858
Durbin-Watson	3,044625	2,057226	3,047553	2,161364
Log-Likelihood	-98,77940	56,46595	-98,75309	59,65039
Akaike	2,283987	-1,010354	2,461180	-0,903342
Graus de liberdade	86	79	78	71

fonte: Maciel (2000)

A introdução das variáveis *dummies*<sup>13</sup> nas regressões visa a captar os efeitos fixos de tempo e de região. Há *dummies* para cada Estado e para cada ano (com exceção de São Paulo, em 1998, que é a observação-base – parte do intercepto capta seu efeito sobre a variável dependente). Além disso, há *dummies* de agregação, uma delas referindo-se ao efeito fixo dos anos pós-abertura comercial e outra com relação à localização do Estado na Grande Região Norte (relativamente mais pobre).

13. A variável *dummy* é na verdade uma medida de desconhecimento dos fatores específicos que operam em cada ano em cada Estado.

A análise da adequação das especificações faz-se com base na significância dos parâmetros, de acordo com o valor estimado da estatística  $t$  a 5% (expresso entre parênteses na tabela, abaixo dos valores dos coeficientes), com os valores dos critérios de *Log-Likelihood* e de *Akaike*. Em todas as regressões, procura-se mensurar o parâmetro associado ao logaritmo natural do grau de abertura.

A primeira regressão foi obtida com especificação mínima: além do logaritmo natural do grau de abertura e da constante, introduziram-se as *dummies* Região Norte e pós-abertura. O resultado obtido indica que os coeficientes não foram significativos nessa especificação, logo, pode-se concluir que não é possível a agregação de tempo e de região de modo simultâneo.

A segunda especificação do modelo possui, além do intercepto e da variável referente ao grau de abertura, a *dummy* pós-abertura e as *dummies* dos Estados. Nessa regressão, todos os parâmetros mostraram-se significativos. Há indicações de que o grau de abertura incida positivamente sobre a probabilidade de o sujeito estar empregado na região não metropolitana. Além disso, São Paulo e Rio de Janeiro contribuem para o aumento dessa probabilidade, ao contrário dos demais Estados. Uma possível explicação para esse fato é que ambas as regiões metropolitanas são as maiores do País e sofreram, no passado, os maiores influxos migratórios, de sorte que os efeitos de desconcentração atualmente sejam mais fortes do que em outras unidades da Federação. No ano de 1998, por exemplo, um aumento marginal dos respectivos graus de abertura aumentaria a proporção do emprego não metropolitano de São Paulo em 0,07825 e da Bahia em apenas 0,01885<sup>14</sup>.

A terceira regressão, assim como a primeira, não foi bem-sucedida na estimação dos parâmetros do modelo: nenhum coeficiente foi significativo. A *dummy* Região Norte<sup>15</sup> em combinação com as *dummies* para cada ano não são adequadas. Ou seja, os efeitos fixos de cada Estado são bastante relevan-

14. Em uma regressão logística, o impacto marginal da variável dependente sobre  $y_t$  é dado pelo produto dos valores médios  $\gamma(1-\gamma)\beta$ .

15. Para simplificar, pode-se agregar o Brasil em duas grandes regiões: Norte e Sul. A Região Norte seria composta dos Estados da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste (excetuando-se o Distrito Federal) e o Espírito Santo. A Região Sul seria composta dos Estados da Região Sul, Sudeste e do Distrito Federal. Considerando-se que as dotações de fatores são relativamente homogêneas dentro das regiões, mas diferentes entre elas, tem-se como consequência lógica que a expansão induzida da Região Sul favoreceu os fatores nela abundantes, o oposto ocorrendo na Região Norte. Em termos bastante gerais, será considerado que a Região Norte é abundante em mão-de-obra não qualificada e em recursos naturais, enquanto a Região Sul é abundante em mão-de-obra qualificada e capital.

tes, de modo que nenhuma das regressões contendo a variável agregada Região Norte apresentou-se adequada.

A quarta estimação apresentou resultado satisfatório no que se refere à significância do grau de abertura, e apenas razoavelmente no caso da constante. Ambos possuem sinal positivo (e, portanto, de interpretação semelhante à segunda regressão). No entanto, apesar de as *dummies* de cada Estado serem significativas em sua grande maioria, as *dummies* de ano tornam-se cada vez menos significativas conforme indicam anos mais recentes da década de 90. Parece haver, portanto, um efeito fixo comum aos anos desse período, representando possivelmente uma mudança estrutural importante. A melhor estimação, assim sendo, é a segunda.

Portanto, com a base de dados da PNAD, a especificação que melhores estatísticas de desempenho obteve foi:

$$\text{Ln} \left( \frac{y_t}{1 - y_t} \right) = \alpha + \beta_1 \text{Ln } x_t + \beta_2 D^A + \beta_j D_j^E + \mu \quad (2)$$

em que  $x_t$  é o grau de abertura do Estado<sup>16</sup>,  $D^A$  a variável *dummy* para os anos 90 e  $D^E$  a variável *dummy* de cada Estado da Federação.

Depreende-se da análise econométrica o papel positivo do maior grau de abertura comercial sobre a expansão do emprego não metropolitano e, logo, sobre a desconcentração regional.

## ■ 4.2 Desconcentração das capitais

Pode ser argumentado que a análise dos dados anteriores é incompleta por apenas englobar, nas suas estimações, dados referentes a nove Estados brasileiros. Para adequar-se a tal consideração e, dessa forma, completar a análise, adotou-se também outra base de dados, além da PNAD. Tal base é a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho. Há que se atentar, no entanto, que a Rais fornece apenas informações sobre o setor formal da economia, apesar de possibilitar a desagregação dos dados por municípios. Ou seja, enquanto os dados da PNAD englobam tanto o

16. Soma das exportações e importações de cada unidade da Federação em dólares (fonte dos dados: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) convertida pela taxa anual média de câmbio R\$/US\$ (fonte dos dados: IPEA-data) e dividida pela soma do PIB da agropecuária e da indústria geral (fonte dos dados: Oliveira e Silva & Medina, 1999).

setor formal quanto o informal, os dados da RAIS não, porém esta última permite maior nível de detalhamento.

Partindo-se de um critério *ad-hoc*<sup>17</sup> de divisão proporcional de cidades médias e grandes em relação às capitais dos Estados da Federação, escolheram-se os anos de 1986, 1990 e 1998 para serem analisados. Em termos absolutos, o emprego das capitais predomina sobre o emprego das cidades médias, conforme atesta a Tabela 4.

Tabela 4

### Emprego: capitais e cidades médias e grandes

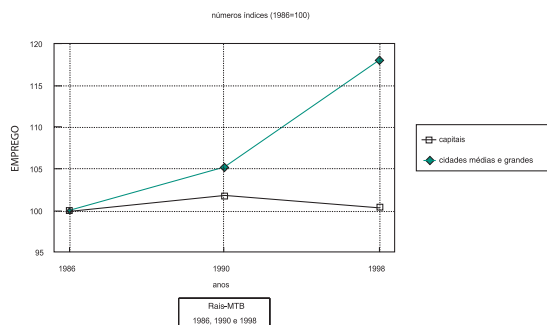
Emprego	1986	1998
Capitais	11.458.191	11.492.387
Cidades Médias e Grandes	4.342.541	5.157.798

fonte: Maciel (2000) com informações tabuladas do RAIS/Mtb

Analisando, porém, as taxas de crescimento ao longo do período 1986-1998, denota-se a grande expansão do emprego nas regiões mais ao interior dos Estados. Enquanto no período 1986-1990 o emprego formal nas capitais cresceu apenas 1,73%, nas cidades médias e grandes cresceu 5,2%. Já no intervalo 1990-1998, o emprego formal nas capitais teve um decréscimo de 0,98%, e o emprego nas cidades médias e grandes e médias cresceu 12,26%. A Figura 4 ilustra tal fato.

Figura 4

### Evolução do emprego formal – capitais, cidades médias e grandes



fonte: Maciel (2000)

17. Uma cidade média deveria conter pelos menos 5% do emprego da capital.

Os anos 90, novamente, parecem indicar desconcentração regional. Adotando o mesmo padrão de análise que anteriormente, pode-se atribuir a esse efeito o aumento do grau de abertura comercial da economia. Para tanto, é necessário realizar uma avaliação econométrica dos efeitos. De modo semelhante ao da seção anterior, será estimado um modelo logístico, indicando ou não a relevância dos efeitos da abertura comercial. No entanto, para ampliar a abrangência, as regressões incluem o emprego total, e não apenas o emprego nos setores comercializáveis.

Na análise econométrica dos efeitos da abertura comercial, resumida na Tabela 5, o modelo logístico adotado tem as mesmas características daquele aplicado na sessão anterior. Nesse caso, porém, a pergunta avaliada é se o grau de abertura do Estado influencia a probabilidade de o indivíduo estar empregado em cidades médias ou grandes em vez de na capital. Pode-se interpretar o numerador da variável independente da regressão, como a probabilidade de um indivíduo que está empregado ser de uma cidade grande ou média. O denominador, por sua vez, é a probabilidade de um indivíduo empregado ser da capital.

Foram realizadas quatro regressões buscando-se testar algumas hipóteses pertinentes ao modelo. As variáveis incluídas foram: logaritmo natural do grau de abertura do Estado (presente em todas as regressões), *dummy* Região Norte (também presente em todas as regressões), *dummy* dos anos pós-abertura, *dummy* dos anos 1986 e 1990 e *dummies* para cada unidade da Federação da amostra. Os efeitos fixos, dessa forma, são referentes aos anos (agrupados ou não), à região do País (Norte ou Sul) e aos Estados. Cabe lembrar, novamente, que a análise da adequação das especificações dá-se mediante o valor estimado da estatística *t* a 5% (expresso entre parênteses na tabela, abaixo dos valores dos coeficientes) e dos valores dos critérios de *Log-Likelihood* e de *Akaike*.

A primeira regressão avaliou a influência da localização na Grande Região Norte e dos anos pós-abertura comercial. Com a hipótese da existência de um intercepto vertical, captando efeitos fixos dos Estados da Grande Região Sul no ano de 1998, não se obtiveram resultados satisfatórios com todos os parâmetros (à exceção da *dummy* Região Norte) não se mostrando significantes. O sinal do logaritmo natural do grau de abertura, no entanto, já se apresentou positivo, indicando um efeito favorável da abertura comercial ao emprego nas cidades médias e grandes.

**Tabela 5**

Regressões logísticas: proporção do emprego nas cidades médias e grandes em relação ao emprego nas capitais

variável dependente: $\ln\left(\frac{y_i}{1-y_i}\right)$	1	2	3	4
Intercepto	-0,0940 (-0,356)	0,0309 (0,129)	-0,844118 (-3,805703)	-0,703407 (-2,554002)
Ln do grau de Abertura	0,217 (1,881)	0,201 (1,734)	0,459189 (4,354678)	0,509635 (4,918101)
Dummy da Grande Região Norte	-1,028 (-3,869)	-1,052 (-3,957)		
Dummy pós-abertura	-0,00465 (-0,20)			-0,167114 (-1,436120)
Dummy 1986		-0,149 (-0,563)	0,040171 (0,296767)	
Dummy 1990		-2,91 (-1,171)	-0,183401 (-1,732199)	
Dummy Acre			-0,312131 (-0,748432)	-0,157672 (-0,378508)
Dummy Alagoas			0,626851 (2,369174)	0,635414 (2,349148)
Dummy Amapá			-1,604898 (-5,183271)	-1,637254 (-5,180948)
Dummy Bahia			0,131614 (0,482903)	0,099181 (0,356746)
Dummy Ceará			-0,606698 (-2,296416)	-0,611780 (-2,264878)
Dummy Espírito Santo			1,151237 (3,737089)	1,075273 (3,448880)
Dummy Goiás			0,514210 (1,826738)	0,560966 (1,958045)
Dummy Maranhão			-0,642732 (-2,408658)	-0,661381 (-2,426025)
Dummy Minas Gerais			0,705806 (2,51013)	0,666169 (2,362910)
Dummy Mato Grosso do Sul			1,069685 (3,688318)	1,127145 (3,826103)
Dummy Mato Grosso			1,058252 (3,969082)	1,076170 (3,950518)

**Tabela 5 (continuação)**

variável dependente: $\ln\left(\frac{y_t}{1-y_t}\right)$	1	2	3	4
<i>Dummy</i> Pará			-0,108841 (-0,403160)	-0,135895 (-0,493131)
<i>Dummy</i> Paraíba			0,838738 (3,062983)	0,873559 (3,128446)
<i>Dummy</i> Pernambuco			0,511342 (1,935430)	0,506177 (1,873877)
<i>Dummy</i> Piauí			-0,271108 (-0,948240)	-0,218577 (-0,751938)
<i>Dummy</i> Paraná			1,123981 (4,198887)	1,102747 (4,033220)
<i>Dummy</i> Rio de Janeiro			-0,294852 (-1,083353)	-0,325781 (-1,174331)
<i>Dummy</i> Rio Grande do Norte			0,317420 (1,166851)	0,348848 (1,256986)
<i>Dummy</i> Rio Grande do Sul			1,216421 (4,468290)	1,184594 (4,265436)
<i>Dummy</i> Rondônia			2,011149 (6,462590)	2,089989 (6,639674)
<i>Dummy</i> Santa Catarina			2,657362 (9,973998)	2,640120 (9,698186)
<i>Dummy</i> Sergipe			0,273153 (0,932783)	0,3337941 (1,122856)
<i>Dummy</i> Tocantins			1,248423 (3,048069)	1,390392 (3,388593)
R <sup>2</sup> ajustado	0,341546	0,345237	0,891032	0,886078
Durbin-Watson	2,089860	2,172312	1,972129	2,021829
Log-Likelihood	-85,74803	-85,01692	-7,792561	-10,15340
Akaike	-0,273648	-0,265965	-1,843804	-1,804923
Graus de Liberdade	66	65	44	45

fonte: Maciel (2000)

A segunda estimativa envolveu o intercepto, a *dummy* de região, o logaritmo natural do grau de abertura e as *dummies* dos efeitos fixos dos anos. Os resultados apresentaram-se insatisfatórios, sendo todos os parâmetros não significativos, à exceção do parâmetro de região. O sinal da variável que capta o grau de abertura, no entanto, continua sendo positivo e o sinal da *dummy* Região Norte, negativo. A interpretação desses coeficientes indica que o grau de abertura contribui para o emprego nas cidades médias e grandes, e que a localização do Estado na Grande Região Norte influencia de forma negativa tal emprego. A implicação disso é que, embora o grau de abertura promova maior expansão do emprego no interior, os Estados das regiões menos favorecidas estão num patamar inferior no que se refere à desconcentração do emprego nas capitais. Isso significa, por outro lado, que são os Estados do Brasil na Grande Região Sul aqueles que sofreram o maior efeito de desconcentração, uma vez que no passado lideraram movimento inverso.

A terceira forma funcional testada incluiu o intercepto, a variável que capta o grau de abertura, as *dummies* dos Estados e as *dummies* para os anos 1986 e 1990. Os resultados obtidos foram adequados, uma vez que os coeficientes se apresentaram significativos (em sua maioria) e com estatísticas de critério mais adequadas. As variáveis de tempo parecem não ter efeito sobre a variável dependente. O sinal, porém, do logaritmo natural do grau de abertura manteve-se positivo como nas demais regressões.

A quarta estimação substituiu as *dummies* de ano por uma *dummy* de tempo para o período pós-abertura. Tal procedimento, porém, ainda torna a variável tempo não significativa. Os demais parâmetros foram muito semelhantes à terceira estimativa, de modo que as estatísticas de critério foram próximas, não permitindo destacar um modelo dentre os dois que tenham melhor desempenho explicativo.

O importante a destacar, no entanto, é que nas duas últimas especificações (que tiveram os melhores desempenhos explicativos) a variável representando o grau de abertura foi significativa e de sinal positivo, indicando que maior grau de abertura do Estado favorece o emprego nas cidades médias ou grandes em relação à capital.



## 4

# CONCLUSÕES

A evolução do emprego das regiões metropolitanas e das cidades médias e grandes (que não as capitais) parece estar na direção da desconcentração e, dessa forma, há um desempenho superior do mercado de trabalho fora dos grandes centros.

A abertura comercial, conforme análise do item anterior, apresentou contribuições à evolução do emprego regional, no que se refere à desconcentração das capitais e regiões metropolitanas. Não se pode, porém, concluir que apenas isso represente redução das desigualdades regionais. Um estudo decorrente deste deveria analisar a renda regional e, somente, assim poderíamos concluir se houve ou não de fato redução das desigualdades regionais.

Da análise expressa neste artigo, porém, destacam-se algumas conclusões:

- a) O processo de substituição de importações capitaneado pelo Estado acentuou sobremaneira as desigualdades e, dadas as características das indústrias implantadas, resultou em concentração industrial. Aliás, não havia outro jeito, dadas as externalidades e retornos crescentes; o desenvolvimento liderado pela industrialização viria acompanhado, com certeza, por aumento das desigualdades, e isso era fundamental para que os efeitos de encadeamento pudessem operar.
- b) A maior integração comercial poderia ter um impacto positivo na redução das desigualdades, uma vez que possibilitaria à região da periferia atender ao mercado externo (excedente exportável baseado nas vantagens comparativas locais) e daí poder expandir-se e beneficiar-se dos efeitos de encadeamento na produção levando a um ciclo auto-reprodutivo de crescimento. Tal crescimento se daria de acordo com as vantagens e características intrínsecas da região, ou seja, em atividades que se ajustassem ao perfil da mão-de-obra e dos recursos naturais, podendo de fato incorporar de forma plena a população local excluída e gerando uma dinâmica auto-sustentável. Isso levaria a uma redução dos desequilíbrios regionais e a uma ampliação das possibilidades individuais, ou seja, a uma situação mais equilibrada.

Cabe indicar que, no entanto, não é possível inferir que abrir a economia, pura e simplesmente, resolveria as questões dos desequilíbrios regionais. Apenas infere-se que a abertura comercial traz consigo a possibilidade de

explorar os efeitos advindos da integração econômica para diminuir as disparidades do País. Não há qualquer automatismo nisso, e qualquer medida nessa direção será fruto de decisões e de interesses políticos. Os desafios são grandes, conforme esclarece Stiglitz (2000, p. 72):

Os países em desenvolvimento vêm ouvindo sermões sobre como os subsídios governamentais e o protecionismo distorcem os preços e impedem o crescimento. Mas é muito comum que essas exortações soem um pouco ocas. Quando países em desenvolvimento de fato tomam medidas para abrir suas economias e expandir suas exportações, eles, em um número demasiadamente grande de setores, vêem-se confrontados por barreiras comerciais de monta – o que os deixa, na verdade, sem ajuda e sem comércio. Eles logo deparam com tarifas *antidumping*, em situações nas quais economista algum diria que eles estivessem praticando *dumping*, ou, então, enfrentam mercados protegidos ou restritos, em setores nos quais possuem vantagens comparativas, como agricultura ou têxteis.

Por outro lado, do ponto de vista de um Município como São Paulo, a abertura comercial trouxe consigo a ruptura das cadeias produtivas consolidadas, a extinção de empresas ineficientes e o correspondente aumento das importações. Abriu possibilidades para explorar vantagens comparativas e competitivas de outras regiões e negócios, não necessariamente atrelados ao mercado interno como outrora. Como o Município de São Paulo foi o grande beneficiário do Processo de Substituição de Importações, no contexto da Abertura Comercial é o que mais se onera. Boa parte das empresas industriais instaladas encerra suas atividades ou muda-se para regiões do interior, fora da área metropolitana. Daí o desempenho inferior do seu mercado de trabalho, conforme verificado na análise empírica.

O estoque de problemas herdados da fase de rápido crescimento econômico vê-se agravado com as condições adversas de geração de emprego e renda em face da reestruturação produtiva. Cada vez mais, o Município de São Paulo vai se tornando uma cidade de serviços e cuja demanda por mão-de-obra exige maior qualificação. Dessa maneira, graças às imperfeições do mercado de trabalho e do mercado de crédito, os habitantes da periferia das regiões metropolitanas e capitais vêem-se numa situação complexa, no que tange às suas possibilidade de geração de renda e de emprego, tornando a exclusão social longe da ruptura.

Abre-se, desse modo, outra questão interessante para investigação: as políticas públicas necessárias a fim de compensar esse processo de reestruturação produtiva nos grandes centros urbanos (capitais e regiões metropolitanas) diante da abertura comercial, de modo que não se agravem ainda mais os problemas sociais.

## Referências

- ADES, A. F.; GLASER, E. L. Trade and circuses: explaining urban giants. *Quarterly Journal of Economics*, MIT Press, v. CX, Fev. 1995, Issue 1, p. 195-227.
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995*. Campinas: Unicamp-IE, 1998.
- DIXIT, A.; STIGLITZ, J. Monopolistic competition and optimum product diversity. *American Economic Review*, 67 (3), 1977, p. 297-308.
- FIBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Geografia e Estatística, vários anos.
- FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. *The spatial economy: cities, regions and international trade*. MIT Press, 2000.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- GREENE, W. *Econometric analysis*. 3. ed. Prentice Hall, 1997.
- HIRSCHMANN, A. O. *Estratégias de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- <http://www.ibge.gov.br>
- <http://www.ipeadata.gov.br>
- <http://www.mdic.gov.br>
- KRUGMAN, P.; LIVAS, R. Trade policy and third world metropolis. *Journal of Economic Development*, North Holland, v. 49, n. 1, Abr. 1996, p. 137-50.
- KRUGMAN, P. *Development, geography and economic theory*. MIT Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Geography and trade*. MIT Press, 1991.
- MACIEL, V. F. *Desigualdade regional, abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: EAESP/FGV, 2000 (Dissertação de Mestrado apresentada no curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Economia de Empresas).
- MORETTO, A.; POCHMANN, M. A estratégia paulistana de inclusão social. In: POCHMANN, M. (Org.). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Cortez Editora, 2002.

MTB. *Relação Anual de Informações Sociais*. Brasília: Ministério do Trabalho, vários anos.

MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

OLIVEIRA E SILVA, A. B.; MEDINA, M. H. *Produto Interno Bruto por Unidade da Federação*. Brasília: IPEA, Texto para Discussão, n. 677, out. 1999.

RAMANATHAN, R. *Introductory econometrics – with applications*. 4. ed. Dryden Press, 1998.

## ■ Tramitação

Recebido em 18/11/2002 e aprovado em 20/01/2003.